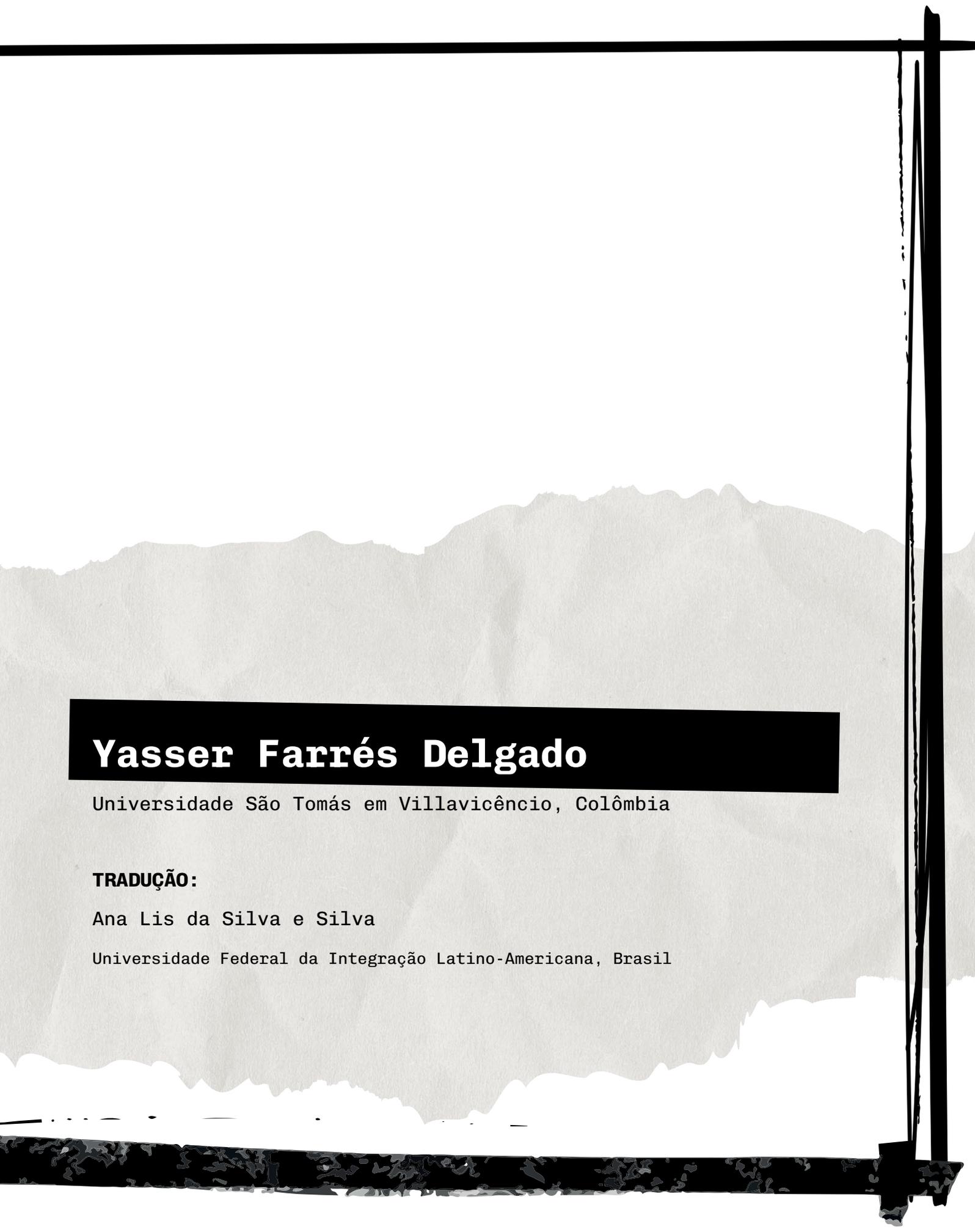


2019

## **Dialogar com Quijano:**

**a colonialidade como categoria para  
compreender o ambiente construído,  
no sistema-mundo moderno/colonial<sup>1</sup>**



# **Yasser Farrés Delgado**

Universidade São Tomás em Villavicêncio, Colômbia

**TRADUÇÃO:**

Ana Lis da Silva e Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil

## **Dialogar com Quijano: a colonialidade como categoria para compreender o ambiente construído no sistema-mundo moderno/colonial**

### **Resumo**

É possível afirmar que, com a noção de colonialidade do poder, Aníbal Quijano despertou uma perspectiva de análise sobre a realidade do sistema-mundo moderno, cujas potencialidades transbordam amplamente os limites da reflexão traçados por ele. Desta forma, este ensaio argumenta sobre a pertinência da aplicação de tal perspectiva ao entendimento do ambiente construído moderno e contemporâneo. Para isto, partindo de uma revisão dos conceitos iniciais do autor e outros posteriores, apresenta-se uma teorização em andamento, proposta para tal campo do conhecimento, centrada na noção de "colonialidade territorial". Posteriormente, é exposto um estado da arte de pesquisas com essa mesma linha.

**Palavras-chave:** Aníbal Quijano, Colonialidade, Território, Cidade, Arquitetura.

## **Dialogar con Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construido en el sistema-mundo moderno/colonial**

### **Resumen**

Podría afirmarse que, con la noción colonialidad del poder, Anibal Quijano abrió una perspectiva de análisis sobre la realidad del sistema-mundo moderno cuyas potencialidades desbordan ampliamente los límites de la reflexión por él esbozados. En ese sentido este ensayo argumenta la pertinencia de aplicar tal perspectiva al entendimiento del ambiente construido moderno y contemporáneo. Para ello, partiendo de una revisión de los conceptos iniciales del autor y otros posteriores, se expone una teorización en curso, propuesta para dicho ámbito del conocimiento, centrada en la noción "colonialidad territorial". Posteriormente se expone un estado del arte de investigaciones en la misma línea.

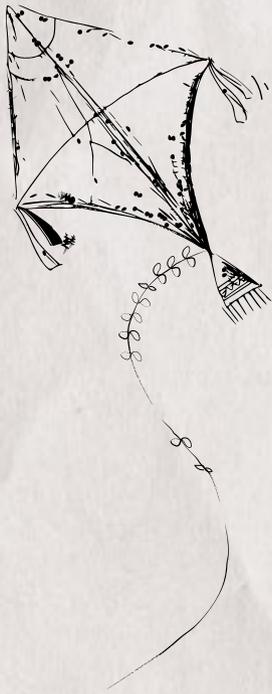
**Palabras clave:** Aníbal Quijano, Colonialidad, Territorio, Ciudad, Arquitectura.

## **Dialogue with Quijano: coloniality as a category to understand the environment built in the modern/colonial world-system**

### **Abstract**

It could be argued that, with the notion of the coloniality of power, Anibal Quijano opened to perspective of analysis on the reality of the modern world-system whose potential exceeds the limits of reflection outlined by him. In this sense, this essay argues the relevance of applying such a perspective to the understanding of the modern and contemporary built environment. For this, starting from a review of the initial concepts of the author and other later ones, an proposed theorization for said scope of knowledge is exposed, centered on the notion "territorial coloniality". Subsequently a state of the art of research is exposed in the same line.

**Keywords:** Anibal Quijano, Coloniality, Territory, City, Architecture.



## Introdução

**É** possível afirmar que quando Aníbal Quijano introduziu o conceito de “colonialidade do poder” para explicar a ordem mundial contemporânea, em “Colonialidad y modernidad/racionalidad” [Colonialidade e modernidade/racionalidade] (1991)<sup>2</sup>, ele despertou uma perspectiva de análise da realidade histórico-social do sistema-mundo moderno, cujos limites de aplicação foram visivelmente expandidos. O seu argumento original, sobre a raça como elemento fundamental da dominação, da exploração e dos conflitos sociais, em escala global, foi confirmado em seus trabalhos posteriores, que se aprofundaram nas ligações do racismo com outras dimensões da experiência social humana. Uma década mais tarde, o autor dividiria estas dimensões em cinco grupos, como traz Quintero (2010): 1) o trabalho, seus recursos e produtos; 2) o sexo, seus recursos e produtos; 3) a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos; 4) a autoridade coletiva (ou pública), seus recursos e produtos; 5) as relações com as demais formas de vida e com o resto do universo (natureza) (QUIJANO apud QUINTERO, 2010).

Dando continuidade a essa linha, este ensaio expõe novos horizontes de aplicação da perspectiva da modernidade/colonialidade: o entendimento da evolução do ambiente construído no sistema-mundo moderno. Entende-se como ambiente construído tudo aquilo que resulta da intervenção construtiva humana que modifica o ambiente natural, “o construído” em suas diferentes escalas: desde as paisagens antropizadas, passando pelos assentamentos populacionais (megacidades, cidades, povoados, vilas...), até os espaços arquitetônicos. Como indica Fernández (2009):

**LAJE**

v.3 n.1  
p. 332-351  
2024

ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v3i0.60557

Esta definição do “*Built Environment*” nasceu, nos anos oitenta, dos debates e trabalhos elaborados na *The Bartlett School of Architecture*, de Londres, mediante uma rede de colaboração acadêmica que estudava o setor de construções. A análise avançada do setor levou a que o seu produto fosse considerado “o construído”. Tal discussão é paralela ao debate ecológico e ambiental. A consolidação da noção de ambiente natural, paralelo ao conhecimento da complexidade do que é considerado ambiental, teve como resultado a integração de ambas as definições, forjando assim o conceito de ambiente construído.

Para alcançar o que se pretende aqui, primeiramente será realizada uma revisão de alguns dos conceitos fundacionais do autor peruano e outras contribuições posteriores (suas e de outras fontes); depois será apresentada uma teorização em andamento que explicaria a atualidade do ambiente construído a partir da noção de “colonialidade territorial”; e, finalmente, será feita uma aproximação ao estado da arte das experiências de pesquisa que vão nessa mesma linha.

## **A colonialidade**

### **Aníbal Quijano e a proposição de um conceito**

É conveniente iniciar com a indicação de que, para Quijano (1992), o colonialismo é “a relação entre a dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes” (p. 11); uma relação que já terminou na maioria dos países, se considerado seu aspecto político, “sobretudo o formal e o explícito” (p. 11), mas não se pensadas as demais dimensões. Sobre isso, o autor explica que certas “construções intersubjetivas discriminatórias” (p. 12), impostas pela estrutura colonial de poder, logo foram assumidas como “categorias (de pretensão ‘científica’ e ‘objetiva’) de significação a-histórica. Isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder” (p. 12), para isso estas categorias foram codificadas como “‘raciais’, ‘étnicas’, ‘antropológicas’ ou ‘nacionais’, conforme os momentos, atores e populações envolvidas” (p. 12).

Com efeito, se observados os principais eixos de exploração e dominação social em escala global, as linhas mestras do poder mundial atual, a sua distri-

buição de recursos e de trabalho entre a população mundial, é impossível não enxergar que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das "raças", das "etnias" ou das "nações" em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante (QUIJANO, 1992, p. 12).

A noção de "raça" é, de fato, o detonador conceitual da inflexão teórica de Quijano, com relação ao pensamento de base marxista ao qual ele se filiava. Com essa noção, o autor retira a centralidade outorgada à categoria "classe" na explicação marxista da realidade social, a mesma que Immanuel Wallerstein (1974, 1979) mantinha em sua perspectiva do sistema-mundo. O argumento da centralidade da raça, na conformação dos Estados nacionais modernos e na ordem mundial, é exposto mais explicitamente em 1993, em "Raza, etnia y nación en Mariátegui: cuestiones abiertas", quando Quijano escreve:

O racismo e o etnicismo foram produzidos inicialmente na América e depois reproduzidos no resto do mundo colonizado, como fundamentos da especificidade das relações de poder entre a Europa e as populações do resto do mundo [...] Todas as outras determinações e critérios de classificação social da população mundial, assim como a localização das relações de poder, desde então atuam de forma interrelacionada com o racismo e o etnicismo, especialmente – ainda que não somente – entre europeus e não europeus (QUIJANO, 1995, p. 4).<sup>3</sup>

Tal compreensão do papel do racismo e do etnicismo, como organizadores da estrutura social e epistêmica do sistema-mundo moderno, foi validada quando Quijano e Wallerstein assinam juntos "*Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system*" (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992); e foi reafirmada em trabalhos posteriores do sociólogo e teórico cultural estadunidense (WALLERSTEIN, 1997; 2006).

Consciente da persistência das relações de dominação racistas e coloniais, Quijano (1992) fala da "colonialidade" como uma pedra angular do poder global e como arcabouço principal das formas de exploração e dominação nos últimos quinhentos anos. Ele a classifica como "o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo como ordem política explícita foi destruído", embora reconheça que não se esgotaram "as condições, nem as formas de exploração e de dominação existentes

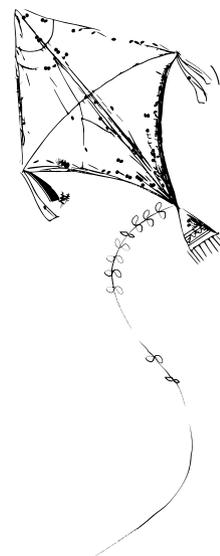
entre as pessoas" (p. 14). Em outras palavras, a colonialidade foi iniciada com o colonialismo europeu nas Américas, mas ainda persiste mesmo depois da sua finalização.

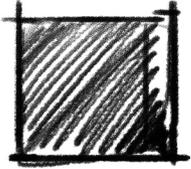
Entretanto, é necessário reconhecer que, nesse texto, Quijano (1992) não define de forma muito precisa o conceito de "colonialidade", na verdade gerando mais interrogações. Por exemplo, quando menciona "colonialidade cultural" (p. 13), ele parece sugerir que há outros tipos de "colonialidades", mas não as explicita — dúvida que se acentua com a alusão à "colonialidade do poder" (p. 19). O mesmo ocorre quando o autor se refere ao "colonialismo político" (p. 12), que parece abrir a possibilidade de haver também um "colonialismo social" e um "colonialismo cultural" (atendendo às outras duas dimensões do colonialismo que ele havia destacado junto à política) — o que, por sua vez, leva a pensar quais seriam as diferenças entre "colonialismo cultural" e "colonialidade cultural".

Outro aspecto relevante é que Quijano não define explicitamente o que entende por "poder", embora fique implícito que ele reconhece o seu exercício nas mais diversas esferas da existência humana; do mesmo modo, ele parece lidar indistintamente com os termos "colonialidade" e "colonialidade do poder". Na verdade, ele não faz uma definição muito precisa deste último, o que fica mais explícito quando afirma:

A colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos do padrão global do poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular de tal padrão de poder, e opera em cada um dos planos, contextos e dimensões materiais e subjetivas da existência cotidiana e à escala social (QUIJANO, 2007, p. 93).

As questões mencionadas, próprias de um texto de primeiras ideias, darão origem a um movimento intelectual, que Arturo Escobar (2003) denomina *Programa Latino-americano de Pesquisa Modernidade/Colonialidade*. Agora, o que Quijano (1992), sim, elucida é que a colonialidade alude às relações de poder "racializadas"; ou seja, marcadas por uma hierarquia étnico-racial, na qual o colonizador europeu se auto define como superior ao resto das populações do mundo e, desta maneira, apresenta a sua racionalidade como superior às demais. Nisso reside o carácter mundial da colonialidade: falar de colonialidade é falar da colonialidade global.





## Desenvolvimento de um conceito

Sem intenções de esboçar uma história pormenorizada sobre a evolução da conceitualização da “colonialidade”, desde 1992 até a atualidade, tentando na verdade destacar certos detalhes úteis à presente exposição, é interessante mencionar certas contribuições à compreensão das manifestações da colonialidade. São elas a de Edgardo Lander (1998) em torno do conceito “colonialidade do saber” e a de Walter Mignolo (2000) sobre a “colonialidade do ser”. Ambas foram concebidas no calor de frutíferos debates entre pensadores e pensadoras latino-americanos das mais diversas procedências (geográficas, disciplinares e epistêmicas).<sup>4</sup>

### Colonialidade do saber

No caso de Edgardo Lander (2000), o conceito “colonialidade do saber” surge mediante o questionamento das razões pelas quais os debates políticos em diversos campos das ciências sociais consideram difícil formular alternativas teóricas e práticas ao sistema neoliberal em curso, à primazia total do mercado, ao modo de vida globalizado. Sobre isto, ele defende a tese de que o neoliberalismo tem sido confrontado por teorias econômicas quando, na verdade, deveria ser entendido “como o discurso hegemônico de um modelo civilizatório” (p. 11) — um modelo imposto pelo Ocidente que sintetiza de forma extraordinária “as premissas e os valores básicos da sociedade liberal moderna em torno do ser humano, da riqueza, da natureza, da história, do progresso, do conhecimento e da *boa vida*” (p. 11). Portanto, as alternativas devem ser buscadas em modelos ou teorias fora da cosmovisão liberal que marca a economia como disciplina. Nesse sentido, ele acrescenta que a hegemonia mundial de tal modelo civilizatório é possível porque as universidades carregam a “herança colonial” dos paradigmas modernos/coloniais:

[...] a formação profissional [que oferece a universidade], a pesquisa, os textos que circulam, as revistas que são recebidas, os lugares onde são realizadas as pós-graduações, os regimes de avaliação e reconhecimento da equipe acadêmica, tudo aponta para a sistemática *reprodução de uma visão de mundo* a partir das perspectivas hegemônicas do Norte (LANDER, 2000, p. 65; citado em CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Por isso, Lander (2000) fala de “saberes coloniais” e “colonialidade do saber”. Explica que, com a organização colonial do mundo, tem também início a constituição

colonial “dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário” (p.16); e que, até o século XIX, já estará organizada “a totalidade do espaço e do tempo — todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados — em uma grande narrativa universal” (LANDER, 2000, p. 16).

## **Colonialidade do ser**

Paralelamente ao conceito de “colonialidade do saber”, desenvolve-se a “colonialidade do ser”. Maldonado-Torres (2007) relata que este último se deve a Walter Mignolo, e destaca o caráter desencadeador do livro *The darker side of the Renaissance* (1995) deste autor. Assim ele resume o argumento:

A ideia era que, se em adição à colonialidade do poder, também existia a colonialidade do saber, então, poderia muito bem existir uma colonialidade específica do ser. E, se a colonialidade do poder refere-se à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber diz respeito ao papel da epistemologia e das tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e ao seu impacto na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 29-30).

Cabe ressaltar que Mignolo (1995) não faz uma alusão direta ao conceito de “colonialidade”, porém seu discurso sobre as diferenças entre os *loci* de enunciação da pós-modernidade e da pós-colonialidade relacionam-se com o que foi antes escrito por Quijano (1992). A apropriação do termo “colonialidade” e a definição precisa de conceitos como “diferença colonial”, “matriz colonial do poder” ou “colonialidade do ser” são posteriores. Sobre isso, Mignolo (2009) reconhece que, embora seu livro de 1995 já estivesse escrito quando leu Quijano (1992), que ele não conhecia, a sua leitura foi uma “espécie de epifania” e motivação para redigir *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledge and border thinking*, de 2000.<sup>5</sup>

## **Uma estrutura triangular**

*Integrando tudo o que foi acumulado antes* em uma análise pertinente sobre o papel das universidades na persistência da colonialidade, Santiago Castro-Gómez (2007) propõe entendê-la como uma estrutura triangular entre a colonialidade do ser,

a colonialidade do poder e a colonialidade do saber (Figura 1). Uma estrutura que é perpetuada por uma perspectiva colonial do mundo que professa a ciência moderna, obedece a “um modelo epistêmico desenvolvido pela modernidade ocidental” (p. 19) e que se caracteriza pela “húbris do ponto zero”, ou seja, a pretensão de “tornar-se um ponto de vista sobre todos os outros pontos de vistas, mas sem que desse ponto de vista seja possível ter um ponto de vista” (p. 83).

**Figura 1.** A estrutura triangular da colonialidade. Fonte: adaptado de Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012), seguindo a ideia de Castro-Gómez (2007)



## **Colonialidade territorial: pensar a dimensão espacial da colonialidade**

### **Razões para interpretar o território a partir de uma perspectiva decolonial**

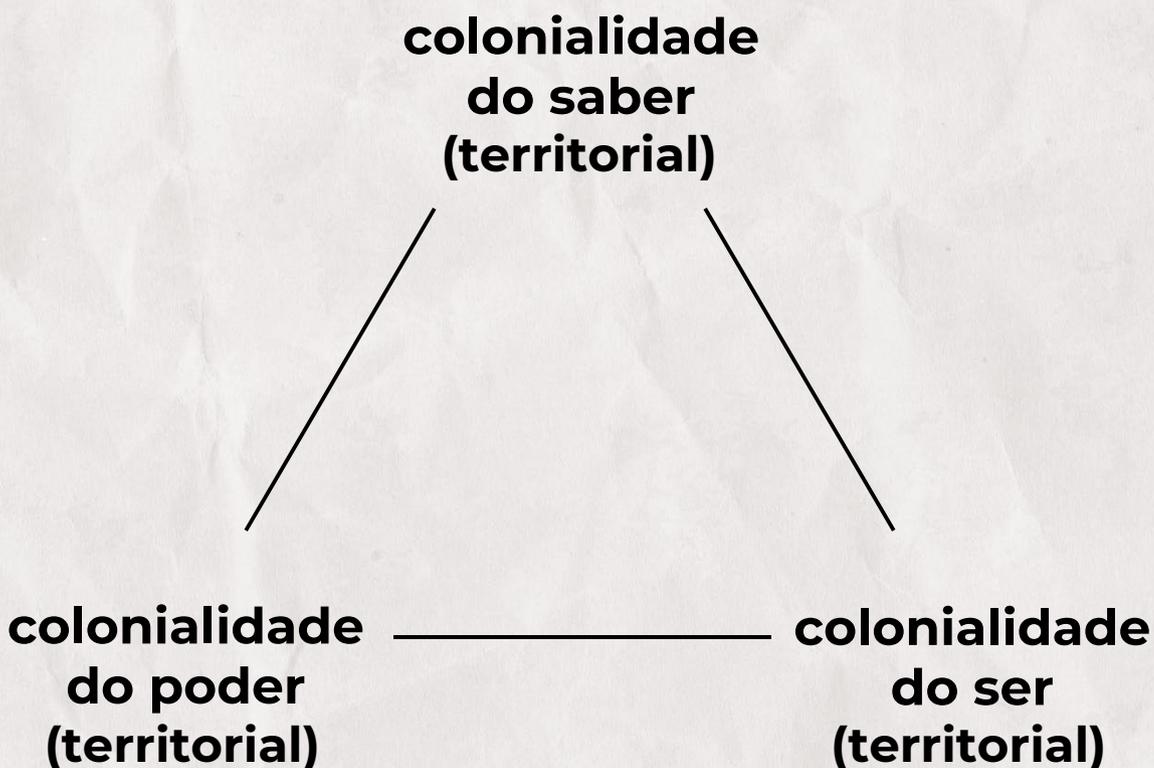
O território<sup>6</sup> é uma dimensão pouco estudada a partir de uma interpretação decolonial, mesmo sendo, por excelência, o suporte físico para as “relações com as demais formas de vida e com o resto do universo [natureza]”, às quais se refere Quijano (2001; apud QUINTERO, 2010) como uma das dimensões da experiência social humana a ser descolonizada. Os problemas territoriais atuais podem ser entendidos, de fato, como um reflexo tangível da hegemonia do modelo epistêmico desenvolvido pelo Ocidente no sistema-mundo moderno/colonial. São muitas as relações empiricamente passíveis de serem contrastadas entre a colonialidade global e a formação de territórios no sistema-mundo, mas elas praticamente não foram tratadas nos estudos urbanos e territoriais. Nesse sentido, estabelecendo um paralelo com a afirmação de Edgardo Lander (2002) sobre a economia e os problemas do neoliberalismo, seria possível dizer que a busca por alternativas aos modelos territoriais deve ser feita fora da epistemologia dominante no urbanismo e no ordenamento territorial, enquanto disciplinas científicas modernas.

É com base nisso que Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012) — guiados pela definição geral da colonialidade formulada por Mignolo (2000) e pelas especificações de Castro-Gómez (2007) — propõem o conceito de “colonialidade territorial”, com vistas a interpretar as relações de poder que sustentam a generalizada práxis territorial moderna e contemporânea. O conceito pode ser definido como o “conjunto de padrões de poder que na práxis territorial serve para estabelecer hegemonicamente uma concepção do território sobre outras, que acabam sendo inferiorizadas” (p. 152). Padrões estes que se articulariam a partir da estrutura triangular entre a “colonialidade do saber territorial”, a “colonialidade do poder territorial” e a “colonialidade do ser territorial” (Figura 2).

A colonialidade do ser territorial é dada pela hegemonia que o ser-urbano tem sobre as outras formas de existência humana não urbana (ser não urbano). Por sua vez, a colonialidade do saber territorial tem sido estabelecida nas próprias práticas profissionais, nas quais certos saberes dominam as decisões a respeito de como con-

ceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura. Quanto à colonialidade do poder territorial, pode ser definida como a “dimensão da intersubjetividade em que certo grupo de pessoas define o que é territorialmente correto e, por isso, sustenta o poder de enunciação” (FARRÉS DELGADO; MATARÁN RUIZ, 2012, p. 152).

**Figura 2.** A estrutura triangular da colonialidade territorial. Fonte: adaptado de Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012)

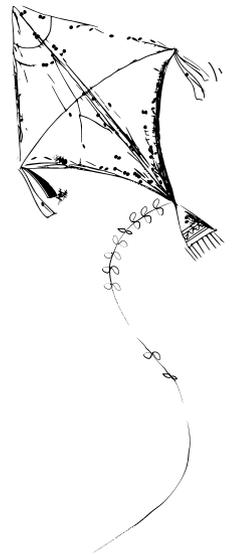


Em Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012), parte-se da constatação dos limites das visões críticas atuais para explicar o fenômeno da reprodução global de tipos e tipologias arquitetônicas, urbanas e territoriais que possuem uma relação significativa entre si, mas uma conexão limitada com os territórios e histórias locais (p. 145) — fenômeno que os autores veem como um componente da desterritorialização da metrópole, referida por Magnaghi (2012). Estes autores afirmam que a crítica a essa reprodução geralmente é abordada a partir de perspectivas econômicas de raízes marxistas, que enfatizam aspectos econômicos (ao ver o processo como inerente ao capitalismo), mas observam que o fenômeno também ocorre em países socialistas, como no caso de Cuba e, portanto, tais visões seriam insuficientes. Sendo assim, encontram outra explicação ao considerar que a práxis homogeneizadora obedece à hegemonia do modelo epistêmico desenvolvido pelo Ocidente no sistema-mundo moderno/colonial (FARRÉS DELGADO; MATARÁN RUIZ, op. cit., p. 52).

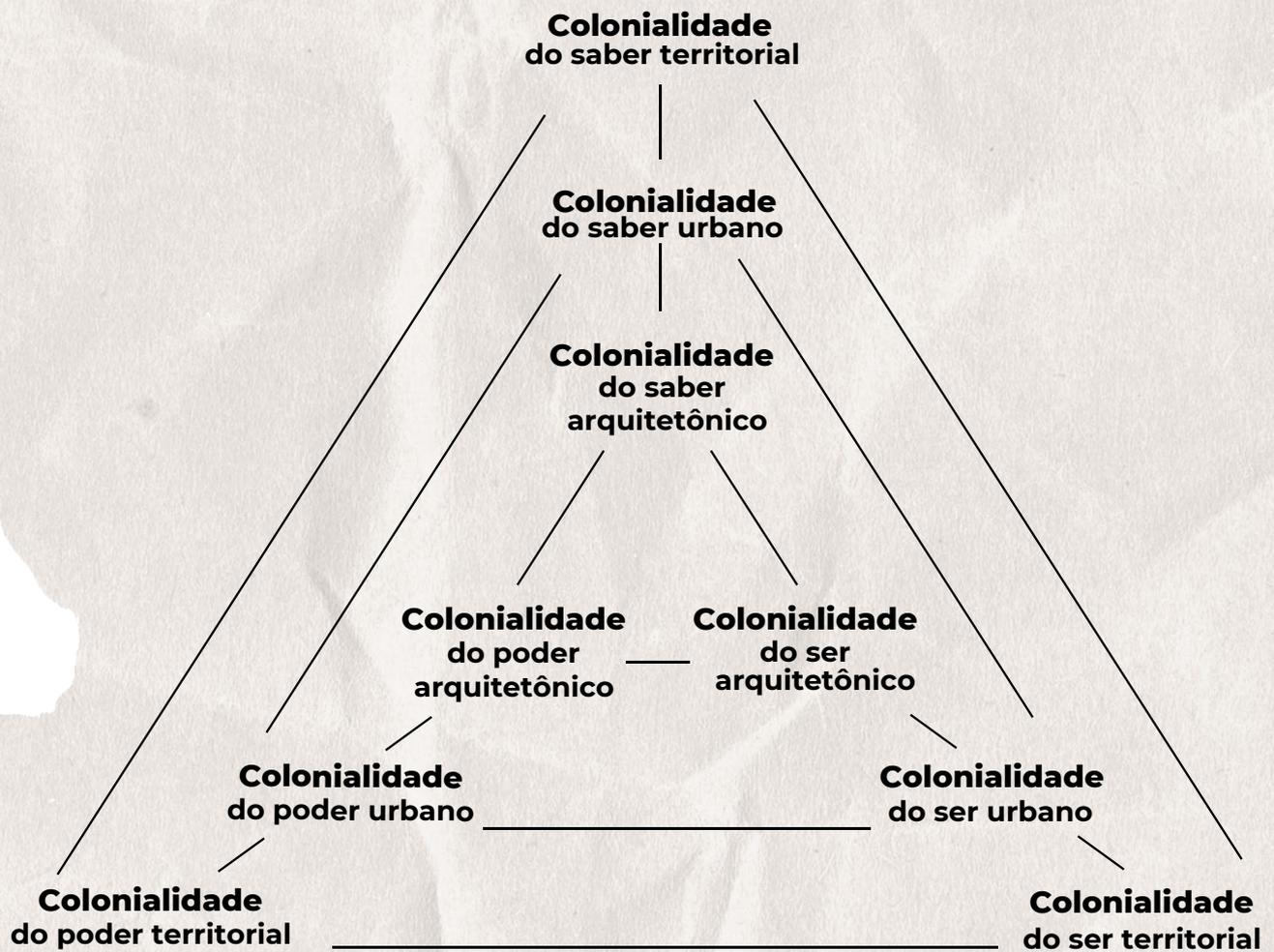
Sobre isso, Farrés Delgado (2013) realiza um aprofundamento, considerando que o discurso hegemônico do modelo civilizatório ocidental “toma forma na configuração dos espaços da vida humana, isto é, na arquitetura, na cidade e no território” (p. 105). É nesse sentido que se observa a incapacidade dos debates arquitetônicos pós-coloniais, na América Latina, para pensar modelos arquitetônicos, urbanos e territoriais que se desprendam do eurocentrismo que marca a prática profissional em arquitetura e urbanismo; na medida em que giram em torno da possibilidade de uma “modernidade própria”, tais debates não se desprendem do paradigma da modernidade. Tais observações, pode-se dizer, são comparáveis às colocadas aos “estudos de área” ou “estudos pós-coloniais” a partir da perspectiva da modernidade/colonialidade: não existe modernidade sem colonialidade.

### **Uma condição multiescalar: colonialidade arquitetônica e urbana**

*Alinhando-se* à construção teórica iniciada, Farrés Delgado (2016) argumenta que ao se considerar “a arquitetura, a cidade e o território como manifestações em distintas escalas de uma categoria de maior generalidade (o ambiente construído)”, é possível referir-se de modo análogo à “colonialidade urbana” e à “colonialidade arquitetônica”, entendidas como especificidades da colonialidade territorial, e relacionar estes conceitos em uma estrutura triangular (Figura 3). Nesse sentido, o autor explora os valores de uma obra arquitetônica que ele considera próxima a uma práxis decolonial na Arquitetura, pois representaria uma ruptura com a colonialidade do saber arquitetônico.



**Figura 3.** Aproximação com a estrutura da colonialidade territorial/urbano/arquitetônica. Fonte: Adaptado de Farrés Delgado (2016).



### **Pontos de contato com outras construções teóricas baseadas na colonialidade**

Sem dúvida, a conceituação o da colonialidade arquitetônico-urbano-territorial pode se relacionar com outras abordagens que, de um modo ou de outro, têm tratado a relação das pessoas com o seu ambiente físico-ambiental a partir de uma perspectiva decolonial. Por exemplo, a noção de “colonialidade territorial” compartilha certas premissas com o conceito de “biocolonialidade do poder”, proposto por Cajigas-Ro-

tundo (2007) para se referir à "colonialidade da natureza", isto é, "a existência de um padrão de poder colonial ainda vigente sobre a natureza" (p. 60) — visão retomada, mais recentemente, por Alimonda (2010) e Albán e Rosero (2016).

O termo biocolonialidade do poder ressignifica, sob outro contexto, a noção de "colonialidade do poder" do sociólogo peruano Aníbal Quijano e, em termos gerais, pretende, no que diz respeito a um enfoque teórico, propor o entroncamento entre a ecologia política e o programa de pesquisa modernidade/colonialidade. Se a noção oferecida por Quijano denota a colonialidade como um padrão de poder articulado em torno da ideia de raça, que produz subjetividades e exerce um controle do trabalho e do território, a biocolonialidade enfatiza a produção de naturezas no contexto de uma das manifestações do capitalismo contemporâneo: o ecocapitalismo, integrado ao que Hardt e Negri chamam de Império. Esta "colonialidade da natureza" atualiza as assimetrias de poder presentes na modernidade/colonialidade; ou seja, reconfigura a colonialidade no capitalismo contemporâneo (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007, p. 60).

A manipulação genética para produzir naturezas (ibid.), a produção de biocombustíveis (ALIMONDA, 2010) ou a mineração extrativista (ALBÁN; ROSERO, 2016) são ações que tornam possível manter a "colonialidade do ser territorial", mencionada por Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012), isto é, a hegemonia do ser-urbano sobre as outras formas de existência humana não urbana (ser não urbano).<sup>7</sup> De fato, Farrés Delgado (2017) aponta que o modelo de cidade moderna globalizado é essencialmente extrativista, pois não se pode desassociar a origem da modernidade urbano-arquitetônica (a Revolução Industrial europeia) do extrativismo próprio do colonialismo, vínculo que a historiografia da arquitetura moderna ocultou.

Outra associação possível seria aquela entre "colonialidade arquitetônica" e "colonialidade do ver", sendo a última advinda da conceituação proposta por Barriendos (2011) para aludir à "ideia progressista que afirma que a transformação histórica do que é visual estrutura-se por fases que vão das menos complexas e modernas às mais complexas e desenvolvidas" (p. 16). Se "o ver" é entendido como uma forma de "saber" aplicável à arquitetura, é fácil se dar conta de que a "colonialidade do ver arquitetônico" é uma constante nos livros fundacionais da historiografia da arquitetura moderna, essencialmente eurocêntricos. Melhor dizendo, dado que a arquitetura é uma manifestação das artes visuais, a apreciação do ambiente construído também foi mediada pela hegemonia da visualidade de raiz ocidental sobre o resto das apreciações visuais.

## Avanços mais recentes no estudo da dimensão espacial da colonialidade

A conceituação e o estudo da relação entre a colonialidade e o território (e por extensão, a cidade e a arquitetura) — ou, dito de outro modo, da dimensão espacial da colonialidade — é um tema que começou a chamar a atenção de pesquisadores e pesquisadoras. Isso pode ser verificado em pesquisas que se voltam à colonialidade em distintas escalas e dimensões do ambiente construído ou antrópico.

Um exemplo do que foi mencionado: a CLACSO, no período entre 2016 e 2019, em uma de suas convocatórias, selecionou como beneficiário o Grupo de Trabalho: Territorialidades em Disputa. Na justificativa de tal grupo, é apontado o conceito de “colonialidade territorial”, quando se faz referência às

ordens espaciais hegemônicas [...], hoje em dia defendidas pela “necessidade de desenvolvimento” e pela “superação da pobreza” [e que] vêm produzindo fome, exclusão, dominação, produção massiva de pobreza e desigualdade, racismo cultural, exclusão, devastação social e ambiental, entre muitos outros males (LÓPEZ; ALMENDRA, 2016).<sup>8</sup>

Esse texto reconhece o potencial dos ordenamentos territoriais ancestrais e da gestão comunitária dos bens comuns da humanidade, como inspiração para outros horizontes de sentido, “especialmente para os mundos urbanos que continuam esperando o ‘modelo’ de revolução, sem observar e atender à experiência dessas outras territorialidades”.

Numa linha distinta, mas com muita afinidade, porque respondem à escala de trabalho urbano-territorial, estão os argumentos de García (2017), que realiza uma crítica decolonial ao conceito de “direito à cidade”. Como ela demonstra, a voz dos “condenados da cidade” (coletivos autodefinidos como “pobres, negros e periféricos”) costuma ser silenciada, já que a expressão cultural na cidade é restrita. Nesse sentido, a autora encontra uma relação entre a noção de “colonialidade territorial” e as hegemonias culturais que ocorrem na cidade.

Na escala arquitetônica, tem destaque o trabalho de Isasi (2018), que assume a pertinência do conceito de “colonialidade do saber territorial” e mostra que a recuperação das tecnologias de construção tradicionais, especialmente a construção com

terra, representa uma possibilidade de desenvolver atitudes decoloniais. A autora faz sua reflexão a partir de um trabalho auto etnográfico, que realizou em meio a processos de construção com terra, e afirma existir certo "estigma da arquitetura com terra" devido à "dominância epistemológica ocidental". Nesse sentido, ela apela para uma transformação da prática arquitetônica a partir de uma prática pluralista. Considera que a arquitetura com terra representa não somente uma possibilidade para a realização de práticas alternativas de sustentabilidade, mas também para o desenvolvimento de atitudes decoloniais na prática profissional, tais como: (1) adaptação às transformações no papel da arquiteta e do arquiteto; (2) reconhecimento das *mingas*<sup>9</sup> e dos projetos participativos como transformadores do papel social da arquitetura; (3) exploração de culturas construtivas locais como alternativas sustentáveis; e (4) valorização da coexistência de diversas maneiras de conhecer o mundo.

## Conclusão

O que se esboçou neste texto permite concluir que a aplicação da perspectiva da modernidade/colonialidade ao entendimento da evolução do ambiente construído no sistema-mundo moderno ou, dito de outra maneira, a compreensão da dimensão espacial da colonialidade, permite assimilar que as dinâmicas do ambiente construído atual são marcadas pela hegemonia epistêmica ocidental e, portanto, devem ser recolocadas.

Do mesmo modo, é possível afirmar que tal enfoque não é apenas uma oportunidade para decifrar arestas das relações que a sociedade global ocidentalizada estabelece com as demais formas de vida e com o resto do universo, mencionadas por Quijano, mas também um argumento para reavaliar o papel das epistemologias-outras em uma reconfiguração dos espaços da vida humana (e das suas relações com as vidas não humanas).

Fica evidente, além disso, que dificilmente podem ser dados por esgotados os limites da proposição analítica da ordem mundial moderna aberta por Aníbal Quijano



## Notas

**1** Nota dos Editores – Este texto foi originalmente publicado em espanhol, com o título “Dialogar con Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construido en el sistema-mundo moderno/colonial”, na *Revista de Sociología*, n. 28, p. 49-64, 2019 ISSN: 1605-8933 [impresso]; 1609-7580 [on-line]. Agradecemos a todos os envolvidos pelo aval para a tradução ao português. Como os demais textos deste volume da *Laje* que originalmente estavam em espanhol, este artigo recebeu uma última revisão técnico-acadêmica feita pelo editor-chefe Leo Name, e uma revisão final da tradução de por Bruna Otani Ribeiro e Larissa Fostinone Locoselli, com equipe do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

**2** Com intuito de fazer uma história das ideias o mais rigorosamente possível, é válido ressaltar que, seguindo diversas referências, este ensaio foi publicado originalmente em 1991, como capítulo do livro *Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas*. Publicado em Bogotá pela editora Terceiro Mundo e compilado por Heraclio Bonilla, foi reimpresso um ano mais tarde em colaboração com a FLACSO e a Libri Mundi. No mesmo ano de 1992, foi publicado como artigo na revista *Perú Indígena*. As citações apresentadas de agora em diante correspondem a esta última versão.

**3** O texto original aparece nas memórias do encontro *José Carlos Mariátegui y Europa: el otro aspecto del descubrimiento*, publicado em Lima pela editora Amauta, em 1993. Foi reproduzido na íntegra em 1995, como um artigo na revista mexicana *Estudios Latinoamericanos*, v. 2, n. 3, p. 3-19. É a essa versão que corresponde a citação.

**4** Maldonado-Torres cita Fernando Coronil, Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Edgardo Lander, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Freya Schiwy e Catherine Walsh, entre outros.

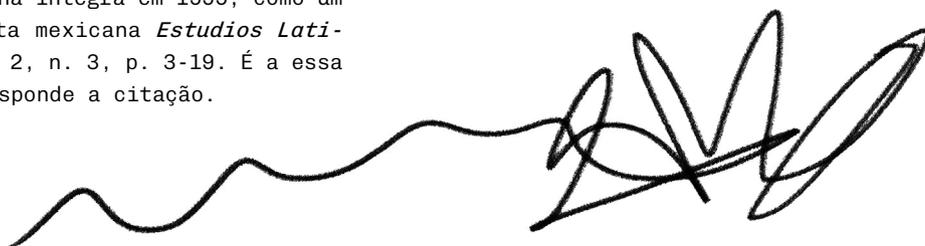
**5** O próprio Mignolo (2000) propõe uma definição muito sintética do conceito “colonialidade do poder”, entendendo-a como a dimensão da intersubjetividade em que certo grupo de pessoas define o que é correto e, portanto, sustenta o poder de enunciação.

**6** Em consonância com a perspectiva teórica de Magnaghi (2011), entende-se “território” como um “neo ecossistema”, isto é, o fruto das relações coevolutivas entre as pessoas e o ambiente; um produto histórico “de longos processos de coevolução entre o povoamento humano e o ambiente, a natureza e a cultura; [...] o êxito da transformação do meio ambiente através de sucessivos ciclos de civilização estratificados” (MAGNAGHI, 2011, p. 47-54).

**7** Inclusive sobre as formas de existência não humanas, em geral.

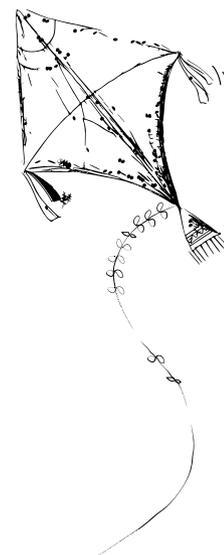
**8** Cf. a justificativa do grupo de trabalho “Territorialidades em disputa”. Convocatória de Grupos de Trabalho CLACSO: [https://www.clacso.org.ar/grupos\\_trabajo/detalle\\_gt.php?ficha=1239&s=5&idioma](https://www.clacso.org.ar/grupos_trabajo/detalle_gt.php?ficha=1239&s=5&idioma).

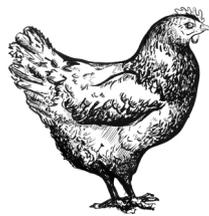
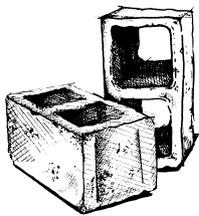
**9** N.T. – Palavra que se refere a uma tradição pré-colombiana que denota trabalho voluntário, coletivo ou comunitário de caráter recíproco, com o objetivo social.



## Referências

- ALIMONDA, H. Sobre la insostenible colonialidad de la naturaleza latinoamericana. In: **Ecología política de la Amazonia**. Las profusas y difusas redes de la gobernanza. Bogotá: ILSA/ Ecofondo/UNAL, 2010.
- BARRIENDOS, J. La colonialidad del ver: hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. **Nómadas**, n. 35, p.13-29, 2011.
- CAJIGAS-ROTUNDO, J.C. Anotaciones sobre la biocolonialidad del poder. **Pensamiento Jurídico**, n. 18, p. 59-72, 2007.
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, 2003.
- FARRÉS DELGADO, Y. **Críticas decoloniales a la arquitectura, el urbanismo y la ordenación del territorio**: hacia una territorialización de ambientes humanos en Cuba. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Planejamento do Território). Granada: Universidade de Granada, 2013.
- FARRÉS DELGADO, Y. Arquitectura y decolonialidad: algunas ideas sobre la Escuela de Artes Plásticas de Ricardo Porro. **Aisthesis**, p. 167-190, 2016.
- FARRÉS DELGADO, Y. Ciudad extractiva: ensayo sobre desarrollo urbano, desterritorialización, colonialidad y extractivismo. In: MONTOYA, G.; FARRÉS DELGADO, Y.; ARENAS, L. (org.). **Espacios con-sumidos**. Variaciones sobre espacios y desterritorialización. Barranquilla: Universidad Simón Bolívar, 2017, p. 52-74.
- FARRÉS DELGADO, Y; MATARÁN RUIZ, A. Colonialidad territorial, para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización, **Tabula Rasa**. n. 16, 2012.
- FERNÁNDEZ WAGNER, R. Las ciencias del ambiente construido y los estudios del hábitat y vivienda. Un nuevo marco para fortalecer la construcción transdisciplinar. **Revista INVI**, v. 16, n. 43, 2009.
- GARCÍA, E. M. **¿Puede el derecho a la ciudad ser emancipatorio?** Presencias, ausencias y emergencias en la construcción del derecho a la ciudad en Brasil. Tese (Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017.
- MALDONADO-TORRES, N. Colonialidad del ser, contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo XXI, p.127-167, 2007.
- MIGNOLO, W. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. In: BREITWIESER, S.; KLINGER, C.; MIGNOLO, W. (org.). **Modernologías**: artistas contemporáneos investigan la modernidad y el modernismo. Barcelona: Museo de Arte Contemporáneo de Barcelona, 2009, p. 39-49.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, A. "Raza", "Etnia" y "Nación" en Mariátegui: cuestiones abiertas. **Estudios Latinoamericanos**, v. 2, n. 3, p. 3-19, 1995.
- QUIJANO, A. **La colonialidad y la cuestión del poder**, 2001. (mimeo.).
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana/Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 93-126.
- QUINTERO, P. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina. In: **Papeles de trabajo**. Centro de Estudios Interdisciplinarios en Etnolingüística y Antropología Socio-Cultural, n. 19, 2010.
- WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System**. Nova York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, I. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1979.



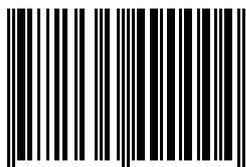
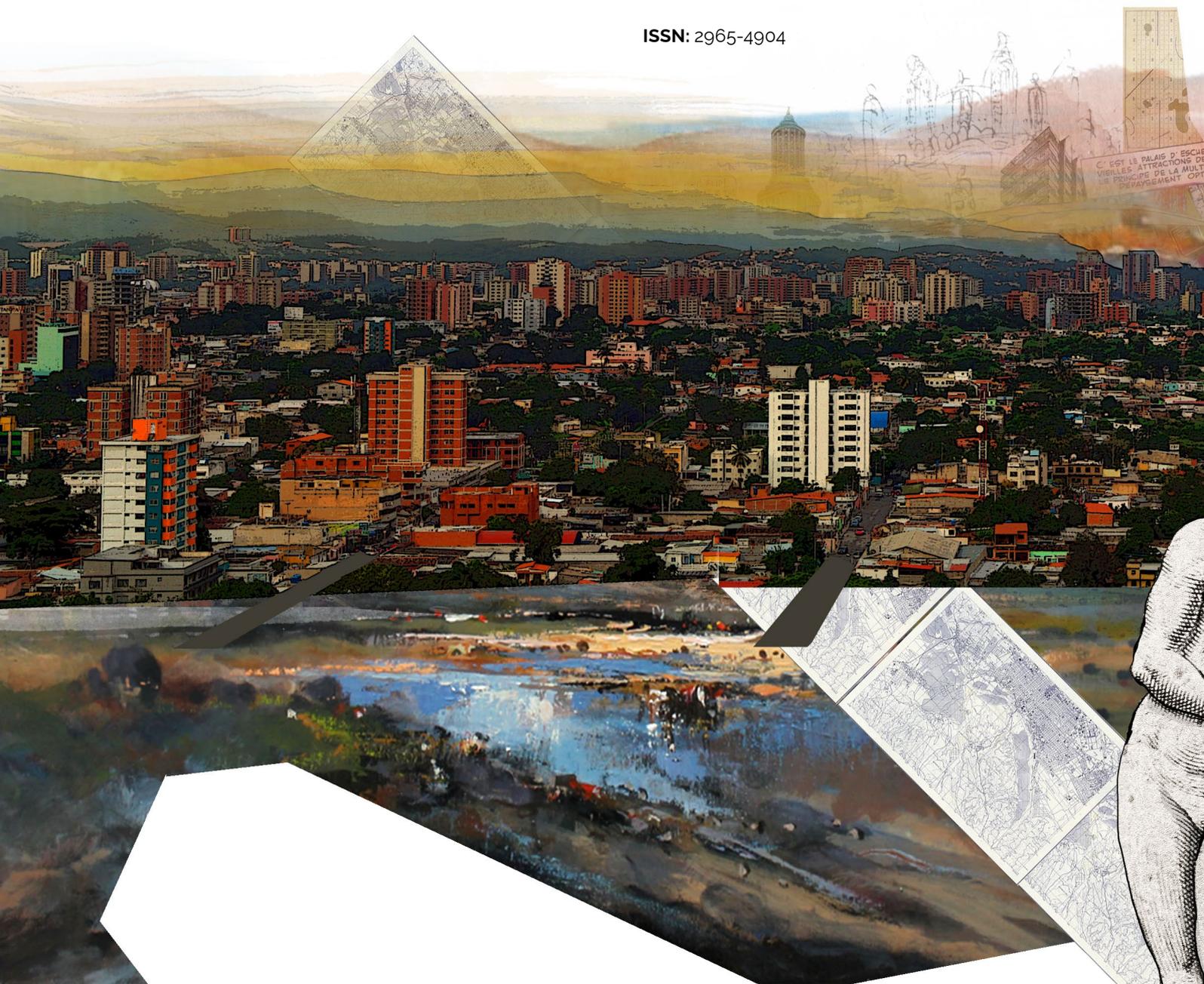




Laje é uma publicação semestral do iDALE! – Decolonizar a América Latina e seus Espaços, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Dedicada-se ao giro decolonial latino-americano, às epistemologias do sul e à descolonização do conhecimento, priorizando uma produção transdisciplinar em interseção com diferentes dimensões do urbanismo, da paisagem e da arquitetura.

# LAJE

ISSN: 2965-4904



9 772965 490004

ISSN: 2965-4904